

Câmara votou ontem parte do projeto de licitação

por Adriana Vasconcelos
de Brasília

A Câmara votou ontem parte dos destaques considerados mais polêmicos do projeto de lei que estabelece novas regras para as licitações e contratos da administração pública e introduziu no substitutivo do deputado Walter Nory (PMDB/SP) um capítulo que tipifica crimes no processo de concorrência e ainda fixa penas e multas para os infratores. Outro dispositivo incorporado ao texto final do projeto é o que torna obrigatório o seguro-garantia, de no mínimo 15% sobre o valor total do contrato, para as obras de grande vulto (acima de US\$ 25 milhões). A votação dos destaques deverá ser retomada hoje.

A proposta do Senado de autorizar o Tribunal de

Contas da União (TCU) a fiscalizar as contas das empresas privadas contratadas pela administração pública federal acabou ontem sendo derrubada pelo plenário da Câmara sem provocar grandes polêmicas, por ser considerada inconstitucional.

O capítulo das penalidades, embora inicialmente tivesse provocado polêmicas, acabou aprovado ontem por acordo das lideranças partidárias. De acordo com o texto aprovado, a dispensa de licitações fora das exceções previstas na lei, como em casos de guerra, calamidade pública ou emergência, poderá levar o infrator a cumprir uma pena de três a cinco anos de prisão e ainda a pagar uma multa.

A votação mais polêmica de ontem foi a que aprovou o seguro-garantia.